

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.347.151 - RS (2018/0209535-3)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : LUZARDO LUIZ DA COSTA
ADVOGADO : MARIA ELOÍSA DA COSTA E OUTRO(S) - RS031933
AGRAVADO : PEDRO TOMAZ DOS SANTOS
ADVOGADOS : REGINALDO COELHO DA SILVEIRA E OUTRO(S) - RS022118
RAMIRO MEREGALLI DA SILVEIRA - RS093387

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). SUBSISTÊNCIA DE FUNDAMENTO INATACADO, APTO A MANTER A CONCLUSÃO DO ARESTO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. ANALOGIA. INTERPRETAÇÃO CONTRATUAL E REVOLVIMENTO DO QUADRANTE FÁTICO-PROBATÓRIO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 05 E 07/STJ. NÃO ENFRENTAMENTO DA MATÉRIA DE QUE TRATA A NORMA FEDERAL TIDA POR VIOLADA. NÃO OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS 282 E 356/STF. ANALOGIA. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA 284/STF. ANALOGIA. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por LUZARDO LUIZ DA COSTA contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que negou seguimento ao recurso especial fundado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE SACAS DE ARROZ.

Ausente prova do adimplemento parcial da dívida na forma

alegada, bem como da repactuação da forma do adimplemento. Não desincumbindo-se do ônus que lhe incumbia, conforme disposto no art. 373, II, do CPC.

Sentença mantida.

Honorários majorados.

APELO DESPROVIDO." (e-STJ fl. 266).

Em sede de recurso especial, o recorrente alega, de saída, violação ao artigo 743 do Código de Processo Civil/1973, aduzindo que houve pagamentos parciais do débito, assim patente o excesso de execução e a iliquidez do título executivo.

Na sequência, aduz malferimento dos artigos 166, II, e 184 do Código Civil/2002, porquanto "é nulo o negócio que originou a emissão do título em comento" (e-STJ fl. 288).

Afirma ofensa ao artigo 52, § 1.º, da Lei 8.078/1990, ao fundamento de que a pena convencional por inadimplemento prevista no contrato entabulado entre as partes mostra-se excessiva.

Contrarrazões ao recurso especial às e-STJ fls. 299/302.

Nas razões do agravo em recurso especial, a agravante infirmou especificamente os fundamentos da decisão que inadmitiu o apelo nobre (e-STJ fls. 341/345).

É o relatório.

Passo a decidir.

A Corte local solveu a controvérsia dos autos sob o seguinte enfoque:

"A fim de evitar tautologia desnecessária, transcrevo os fundamentos da sentença proferida pela Dra. Sandra Regina Moreira, na qual se examinou o mérito com perspicácia, motivo pelo qual os adoto como razões de decidir:

O Código de Processo Civil refere-se à prova como instrumento voltado à formação do convencimento do julgador com vista ao provimento que lhe incumbe alcançar às partes.

E, ao regular o dever de produção da prova pela parte, dispõe:

Art. 333. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito;

II- ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

Parágrafo único. É nula a convenção que distribui de maneira

diversa o ônus da prova quando:

I - recair sobre direito indisponível da parte;

II - tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.

Assim, quando alegado o pagamento, ainda que parcial, de dívida executada, por óbvio, incumbe ao devedor fazer a prova da quitação, por ser fato extintivo do direito do credor.

Nesse sentido:

APELAÇÃO CÍVEL. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXCESSO DE EXECUÇÃO. PAGAMENTO PARCIAL. ÔNUS DA PROVA. Nos embargos à execução cabe ao embargante fazer prova de suas alegações. Não subsiste a alegação de excesso de execução por pagamento sem a respectiva prova. - Circunstância dos autos em que se impõe manter a decisão que julgou improcedente os embargos. **RECURSO DESPROVIDO.** (Apelação Cível Nº 70060193760, Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Moreno Pomar, Julgado em 09/10/2014)

No caso dos autos, o embargante ressalta que deve ser abatido do valor da dívida o custo de pesagem e secagem de arroz, serviço este efetuado por sua Arrozeira ao demandado.

No instrumento executado, entretanto, não há qualquer referência a essa forma de adimplemento da obrigação. O contrato particular de compra e venda de arroz (fls. 18/19), ao contrário, prevê, em sua cláusula quinta, que correrão por conta do VENDEDOR (Luzardo Luiz da Costa) as despesas com transporte e secagem.

Melhor sorte não teve o embargante na produção da prova oral, pois as testemunhas por ele arroladas apenas afirmaram que já efetuaram secagem de arroz na empresa de Luzardo e, em determinadas ocasiões, encontraram o embargado no local. Todavia não souberam esclarecer se o serviço de secagem estava previsto, no negócio por eles realizado, como pagamento.

Assim, não logrou o embargante comprovar qualquer relação entre os serviços de pesagem e secagem de arroz do embargado, na Arrozeira do embargante, com o adimplemento do contrato particular de compra e venda que aparelha a execução em apenso.

Também não há qualquer prova de que a obrigação original foi renegociada, com incidência de juros, não havendo, portanto, que se falar em abusividade de tal encargo, sequer previsto no instrumento.

Da mesma forma, não prosperam os argumentos esgrimidos pelo embargante quanto à pena convencional.

O pressuposto da pena convencional é a ocorrência de inexecução, não podendo, todavia, configurar enriquecimento ou onerar excessivamente o devedor.

No caso ora analisado, o contrato estabeleceu uma cláusula penal de 200 sacas de arroz no caso de descumprimento, o que corresponde a aproximadamente 15% da obrigação integral (1.330 sacas), não pode ser considerada abusiva.

Por fim, importante referir que cabe à pessoa jurídica buscar eventuais créditos pela via própria, sendo inviável o abatimento dos valores pretendidos, tanto pela ausência de prova da pactuação na forma alegada, quanto por se tratar de credor estranho à lide executiva.

Diante do resultado deste julgamento, mantenho a distribuição dos ônus sucumbenciais e majoro os honorários fixados em prol do patrono do embargado para 12% sobre o valor atualizado do débito.

Isto posto, nego provimento ao apelo." (e-STJ fls. 267/269, grifei).

Firmado o conteúdo decisório, volto-me à alegada violação ao artigo 743 do CPC/1973, aduzindo o recorrente que houve pagamentos parciais do débito, assim patente o excesso de execução e a iliquidez do título executivo.

No ponto, a pretensão recursal esbarra em óbice intransponível. Com efeito, a argumentação recursal não impugnou o fundamento do aresto reclamado de que, a teor do art. 333 do CPC/73, "quando alegado o pagamento, ainda que parcial, de dívida executada, por óbvio, incumbe ao devedor fazer a prova da quitação, por ser fato extintivo do direito do credor".

A teor da Súmula 283/STF, aplicável por analogia, "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

Portanto, a subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe óbice à pretensão recursal.

Além disso, a Corte estadual analisou a tese do ora recorrente de que "deve ser abatido do valor da dívida o custo de pesagem e secagem de arroz, serviço este efetuado por sua Arrozeira ao demandado". Relativamente ao tema, assentou-se que, "no instrumento executado, entretanto, não há qualquer referência a essa

forma de adimplemento da obrigação", bem como que as testemunhas "não souberam esclarecer se o serviço de secagem estava previsto, no negócio por eles realizado, como pagamento", assim "não logrou o embargante comprovar qualquer relação entre os serviços de pesagem e secagem de arroz do embargado, na Arrozeira do embargante".

Destarte, elidir a conclusão firmada pelo Tribunal de Justiça demandaria nova interpretação do contrato, bem como o revolvimento do quadrante fático-probatório da causa, providências vedadas nesta sede especial, a teor dos enunciados n. 05 e 07/STJ.

No que toca ao malferimento dos artigos 166, II, e 184 do CC/2002, a recorrente alegou que "é nulo o negócio que originou a emissão do título em comento".

Não merece prosperar a alegação por esbarrar nos impeditivos sumulares n. 282 e 356/STF, pois a tese posta não foi prequestionada pelo Tribunal local.

De fato, mostra-se ausente o enfrentamento das matérias alegadas, vinculadas à violação dos arts. 166, II, e 184 do CC/2002. Tampouco se verifica a oposição de embargos de declaração com o intuito de prequestionar a questão posta.

Assim, porquanto não apreciada a controvérsia, inviável o seu conhecimento nesta sede especial, nos termos das Súmulas 282 e 356/STF, aplicáveis por analogia.

Por derradeiro, volto-me à alegada ofensa ao artigo 52, § 1.º, do Código de Defesa do Consumidor, ao fundamento de que a pena convencional por inadimplemento prevista no contrato entabulado entre as partes mostra-se excessiva.

No caso, o recorrente fundou seu apelo especial em norma incapaz de infirmar o juízo formulado pelo acórdão recorrido, exatamente porque a hipótese dos autos não se insere no campo de abrangência das normas do Código de Defesa do Consumidor. Desse modo, por apresentar razões recursais logicamente dissociadas do julgado recorrido (dando azo à aplicação analógica da Súmula 284

do STF), não merece conhecimento o recurso especial no ponto.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a", do Regimento Interno deste STJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

A teor do previsto no artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, a verba honorária fica majorada em 2% (dois por cento) em relação ao fixado na origem (e-STJ fl. 269).

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
Relator